

## QUALIDADE DE ENSINO: A CONTRIBUIÇÃO DOS PAIS<sup>30</sup>

*Fabio Lednik Milagres*

**A** QUESTÃO da participação da comunidade na gestão da escola estatal tem a ver, em grande medida, com iniciativas necessárias para a superação da atual situação de precariedade do ensino público no País, em particular o de nível fundamental. Afinal, é a população usuária que mantém o Estado com seus impostos e é precisamente a ela que a escola estatal deve servir, procurando agir de acordo com seus interesses, embora, muitas vezes, esse direito dos usuários de participarem nas decisões da escola seja reduzido sob a forma de execução de serviços diversos e a realização de bingos e festas para angariar fundos, como lembra o autor.

Quando se fala em ensino público no Brasil, o senso comum costuma identificar duas características como configuradoras de sua má qualidade: a má preparação para o mercado de trabalho e a ineficiência em levar o aluno à universidade. Entretanto, por mais importantes que sejam a preparação para o mercado de trabalho e para o ingresso no ensino superior, cumpre questionar se não existiriam outros valores a informar os fins que devem ser buscados com a escola pública fundamental. Será que, tendo em vista apenas o setor produtivo, como querem os empresários e como apregoam os apologistas do mercado, estaremos contribuindo para uma sociedade mais democrática, mais livre e produtora de relações civilizadas entre pessoas e grupos? Será que, quando nos preocupamos apenas com a preparação para o ensino superior, como fazia a escola pública “de qualidade” de algumas décadas atrás<sup>31</sup> ou a escola particular de hoje<sup>32</sup>, que

---

<sup>30</sup> PARO, Vitor H. Qualidade de ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000

<sup>31</sup> Na representação da maioria dos saudosistas da escola pública de antigamente, o que aparece é uma escola de alta qualidade que tinha êxito em passar um conteúdo preparatório para a universidade.

<sup>32</sup> Embora numa visão crítica consiga identificar a grande semelhança entre a didática utilizada aí e a que é utilizada na escola pública atual, para o senso comum ela é considerada de ótima qualidade.

atende às camadas privilegiadas, estamos promovendo a melhoria no nível de bem-estar da sociedade?

Embora não se deva minimizar a importância desses dois fatores, as discussões que atribuem a eles os objetivos da escola pública têm omitido o essencial. Segundo o autor, a escola, ao prover educação, precisa tomá-la em todo seu significado humano, não apenas algumas de suas dimensões. Por isso, pode-se dizer que a escola pública tem baixa qualidade, mas não pelas razões que normalmente são levantadas para isso (porque não consegue fazer o que faz a escola particular ou o que fazia a “boa” escola pública de antigamente). A escola pública tem baixa qualidade, antes de tudo e principalmente, porque não fornece o mínimo necessário para a criança e o adolescente se formarem como seres humanos, diferenciados do simples animal. Quando se fala em educação para a formação do cidadão, é esse pressuposto que deve estar por trás: o de que, como condição para elevar-se a um nível humano de liberdade, diferenciando-se da mera necessidade natural, o indivíduo precisa “atualizar-se” historicamente pela apropriação de um mínimo do saber alcançado pela sociedade da qual ele faz parte.

Se a escola pública precisa ser competente, ela deve também levar em conta a necessidade de que seus alunos sejam seduzidos pelo desejo de aprender. Mas é verdade também que há muito a fazer que não depende exclusivamente da escola. Na condição de sujeito humano, o aluno não vive apenas na escola e não forma apenas aí seus valores. A escola tem falhado não só por estar mal aparelhada, com métodos inadequados e professores mal formados, embora não se possa menosprezar o enorme peso desses fatores. A escola tem falhado também porque não tem dado a devida importância ao que acontece fora e antes dela, com seus educandos.

Assim, a escola que toma como objeto de preocupação levar o aluno a querer aprender, precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de conseguir a adesão da família para sua tarefa de desenvolver nos educandos atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar. Grande parte do trabalho do professor seria facilitado se o estudante já viesse para a escola predisposto para o estudo e se, em casa, tivesse quem o estimulasse a esforçar-se ao máximo para aprender.

Foi a partir desses pressupostos que Vitor Henrique Paro desenvolveu sua pesquisa. O objetivo da investigação foi estudar o papel da família no desempenho escolar de alunos do ensino público fundamental, além das atribuições da escola na promoção desta participação na melhoria desse desempenho, onde procurou investigar as dimensões de uma possível participação dos pais na promoção, junto a seus filhos estudantes, de valores favoráveis ao estudo e à aquisição do saber, bem como na adoção de posturas e comportamentos diante deles que contribuam para a melhoria da qualidade de seu aprendizado.

A pesquisa se desenvolveu numa escola pública fundamental, da rede de ensino municipal, da periferia urbana da Grande São Paulo, e a coleta de dados deu-se por meio de observação e entrevistas do tipo semi-aberta. As observações e as entrevistas foram feitas no âmbito da escola e da comunidade, entendida como a região e as pessoas usuárias efetivas ou potenciais dos serviços da unidade escolar pesquisada. No âmbito da comunidade, além da atenção para com o bairro, as observações relaciona-

ram-se basicamente às condições de moradia das pessoas entrevistadas e aos comportamentos dos adultos com as crianças e jovens durante as visitas que eram feitas para a realização de entrevistas. Na escola, as observações realizaram-se a partir da permanência na unidade escolar, acompanhando sistematicamente seu cotidiano em todos os tipos de atividades, tanto dentro quanto fora da sala de aula, bem como “participando” em atividades específicas como reuniões de planejamento de coordenadores e professores, atendimento de alunos e de pais, reuniões de comissões de classe, de conselho de escola e de associação de pais e mestres, reuniões de pais, etc.

O autor apresenta os resultados das análises realizadas dos dados obtidos na investigação, subdividindo-se em quatro capítulos. Utilizando-se sempre de um estilo descritivo, apresentando interpretações acompanhadas de uma grande massa de dados brutos, possibilitando ao leitor a consideração de interpretações alternativas às que foram apresentadas.

No primeiro capítulo, é discutida a maneira como pais, alunos e pessoal escolar encaram a questão da participação dos pais no desempenho dos estudantes. Uma primeira associação possível entre o mundo da família e o da escola, para a criança que inicia sua escolarização, é aquela entre socialização primária e socialização secundária. Nas palavras de Berger & Luckman (1973, p. 175), “a socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”. Para esses autores, a socialização primária tem um poder muito maior de permanência na criança do que a socialização secundária, e que a estrutura básica de toda socialização secundária deve assemelhar-se à da socialização primária.

Assim sendo, parece óbvio que se a escola (socialização secundária), para tornar mais facilmente apreensível seus conteúdos, deve se reportar constantemente às experiências anteriores dos educandos. É também defensável que se tomem medidas, no seio da casa ou da família (socialização primária), que possam, depois, facilitar na escola a apreensão dos conteúdos culturais necessários ao desenvolvimento social e cultural da pessoa.

Na investigação, notou-se uma crença unânime entre professores, coordenadores pedagógicos, funcionários e direção quanto à importância da ajuda dos pais para o bom desempenho dos alunos na escola. Porém, na mesma medida em que enfatizam a importância e a necessidade de os pais participarem, reclamam da falta dessa participação.

Embora considere difícil que os pais, em sua maioria, até pela própria condição de semiletrados, sejam capazes de ensinar os conteúdos escolares ou de auxiliar eficazmente na solução dos problemas de aprendizagem apresentados pelos alunos, a maioria dos professores enfatiza que todos os pais podem muito bem estimular seus filhos, interessando-se por seus estudos, verificando seus cadernos, reforçando sua auto-estima, enfim, levando-os a perceber a importância do aprender e a se sentir bem estudando.

O papel social da escola à luz dos dados coletados, é discutido no segundo capítulo.

Um dos propósitos das entrevistas com os pais era obter informações a respeito da importância que atribuem à educação escolar de seus filhos. Apesar de não ter sido possível estabelecer com precisão as dimensões dessa importância, certamente o que se conseguiu captar nas entrevistas aponta para hipóteses que parecem abalar profundamente a crença em uma valorização unívoca da educação formal pela população de baixa renda. Embora as primeiras manifestações dos depoentes se pautem nos chavões a respeito da importância da escolarização para “ser alguém na vida” e para que os filhos alcancem aquilo que os pais, por falta de escola, não conseguiram, o aprofundamento da discussão vai revelar que, ao lado do desejo da ascensão social, via escola, existe certa consciência dos limites que sua condição de “pobreza” impõem e que a formação escolar, por si, não pode vencer. A esse respeito, a obtenção de um bom emprego já não é mais atribuída apenas à escolaridade, mas à sorte, ou a políticas governamentais que diminuam o desemprego.

Por outro lado, nem o decréscimo da importância da escola como móvel de ascensão social nem as concepções a respeito da queda da qualidade do ensino parecem ter conseguido abalar significativamente a confiança que a população tem na escola como instituição. Essa confiança é importante e ao mesmo tempo contraditória para os propósitos de uma participação maior dos pais e mães na escola que inclua a pretensão de atraí-los para procedimentos que levem seus filhos à valorização do saber e ao maior empenho nos estudos. Isto porque, ao mesmo tempo em que pode facilitar, emprestando maior legitimidade àquilo que a escola defende, é preciso tomar cuidado para não se tornar impositivo de conteúdos culturais, sem discussão, sem diálogo, o que mataria o caráter pedagógico (ou seja, dialógico, construtor de sujeitos) da relação.

No terceiro capítulo, o autor descreve as formas de como a escola investigada lida com a questão do “querer aprender” por parte dos alunos e sobre a necessidade de tratá-los como sujeitos da educação. Na investigação, procurou-se examinar a situação atual da escola com relação à questão da participação dos pais, em casa, junto a seus filhos, visando a seu melhor desempenho e à melhor qualidade do ensino, especialmente no que diz respeito à postura da escola e às medidas, que vêm sendo tomadas para facilitar essa participação.

E o que se constatou é que os professores não têm a iniciativa de um trabalho junto aos pais e mães. Mesmo aqueles que mais enfaticamente afirmam constatar a falta de maior preparo dos pais para ajudarem seus filhos em casa se mostram totalmente omissos no tocante a orientação que eles poderiam oferecer, especialmente nas reuniões de pais. A divulgação de valores positivos com relação ao saber e ao estudo junto aos pais, para que trabalhem esses valores com seus filhos em casa, depende de uma comunicação muito eficiente entre escola e pais, o que está longe de acontecer, segundo o depoimento do pessoal escolar. Parece haver, por um lado, incapacidade de compreensão, por parte dos pais, daquilo que é transmitido pela escola; por outro, falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação.

Outro tema abordado neste capítulo foi relacionado à formação, nos alunos, de um autoconceito. Na base de qualquer incentivo para a formação intelectual, deve estar a formação de um autoconceito positivo das pessoas que lhes favoreça sentirem-se capazes para aprender. Na escola pesquisada, esta preocupação esteve presente sempre que se falou da formação da personalidade do educando, como se percebe no depo-

imento da coordenadora pedagógica da escola: “Eu acho que o verdadeiro projeto desta escola é o trabalho com a auto-estima, respeitando os alunos e os pais, tratando-os com decência e ajudando a levantar a auto-estima deles”.

Um exemplo disso é a OMTP (Organização, Métodos, Trabalho e Pesquisa), um projeto extra, fora da grade curricular (em outras escolas da rede municipal ele é incluído na grade). Nesse projeto, cujo objetivo principal, segundo a diretora, é o “resgate da auto-estima”, os jovens são atendidos em horários especiais para desenvolvimento de atividades as mais variadas, desde arte, trabalhos manuais, atividades de recreação, até reforço de matérias do programa normal.

Finalmente, o quarto e último capítulo examina a nova solução, em vias de implementação, apresentada pela escola pesquisada para tratar da questão da participação dos pais ou responsáveis no desempenho escolar dos filhos.

Algumas semanas após o início da investigação na escola, foi criado pela direção – com o apoio da coordenação pedagógica e com a autorização da Delegacia de Ensino que, inclusive, endereça recursos para sua execução – “um grupo de formação de pais” com o objetivo de discutir com pais e mães dos estudantes questões relacionadas à educação, à escola e à vida de seus filhos e filhas. Este programa consiste em reunir os pais e mães de alunos, mensalmente para discutir temas diversos, ligados à educação de filhos (adolescência, sexo, televisão, drogas, cidadania etc.) e não problemas específicos da escola, o que já é feito nas reuniões de conselho de escola, associação de pais e mestres (APM) etc.

As reuniões são bastante amistosas. Todos se respeitam. Os pais têm voz e voto. Os professores são respeitosos com relação a todos. Segundo o autor, é difícil até saber quando é pai e quando é professor que está falando. Os pais participam ativamente, perguntando, manifestando suas opiniões, parecendo estar muito à vontade. Percebe-se que as reuniões são cuidadosamente planejadas pelas coordenadoras já que têm uma organização de tempo das atividades, pauta pré-estabelecida, uso de dinâmicas para relaxar e entrosar o grupo, além de um lanche muito bem feito que é desfrutado por todos no intervalo.

Ao término desta investigação, percebemos o quanto é importante reconhecer não só o direito de participação dos responsáveis pelos educandos, mas também a necessidade que a boa escola tem dessa participação para alcançar resultados melhores e mais significativos.